



1.

ATA

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador Bruno Fernandes – Fez uma intervenção sobre a estratégia de promoção do desenvolvimento económico em Guimarães, tendo recordado que, já há um ano, tinha defendido que o Município de Guimarães deveria estar preparado para acolher o ambiente económico favorável que o país atravessava. Volvido este tempo, disse querer fazer um ponto de situação, apresentando os resultados de uma análise que realizou, centrada em três indicadores: parques industriais, taxa de desemprego e notícias sobre investimento. No que respeita aos parques industriais, começou por referir que, após consulta ao *site* da internet do Avepark, verificou que o que aparece é apenas a página, sem qualquer conteúdo, acabando por remeter para o *site* do Município de Guimarães como sendo a página principal. Ainda a este respeito, referiu que o projeto de requalificação do Parque Industrial de Penselo continua sem execução, para desespero de quem ali instalou as

suas empresas. De seguida, comparou a taxa de desemprego em Guimarães (7,8% em janeiro de 2018, e 7,1 % em janeiro de 2019) com a de Vila Nova de Famalicão (8,52% em janeiro de 2018, e 3,9% em janeiro de 2019), tendo concluído que o concelho de Vila Nova de Famalicão teve capacidade de captar investimento, ao contrário do concelho de Guimarães, que se mostra sem capacidade de atrair investimento que mitigue a questão do desemprego. Na sequência, comparou as notícias sobre investimento publicadas nos últimos quatro meses no concelho de Guimarães e em municípios vizinhos, concluindo que Guimarães está fora do radar do investimento nacional e internacional. Por último, apontou dois erros nestes últimos 30 anos de governação socialista como causas deste desinvestimento, tendo apelado para que fossem corrigidos, designadamente, considerar que os transportes públicos não deveriam dar prejuízo e assumir que o desenvolvimento económico é uma matéria da responsabilidade dos privados. Após os esclarecimentos prestados, disse que o problema de acesso ao AVEPARK foi criado pelo executivo socialista, tendo perguntado qual o emprego líquido criado pelas novas empresas que vieram instalar-se em Guimarães, fruto do trabalho da Câmara Municipal. ---

2 – Vereador Ricardo Costa – Começou por dizer que o novo *site* do AVEPARK já estava disponível para acesso dos utilizadores. De seguida, referiu recentes investimentos em Guimarães, nomeadamente da ARMATIS LC, o novo datacenter da Fundação para a Ciência e Tecnologia, o Instituto Cidade de Guimarães, com cerca de 100 milhões de euros envolvidos durante 7 anos, bem como os cerca de 200 milhões de euros aprovados em reunião de Câmara e que criaram 800 postos de trabalho. Referiu, ainda, os processos resolvidos ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, salientando o clima de proximidade que o Município mantém com os empresários na resolução dos seus problemas,



11

convidando o Vereador Bruno Fernandes a reunir com todos os empresários de Guimarães e de outros municípios, que, do seu ponto de vista, sentem um ambiente favorável pela proximidade que existe com o tecido económico e com os centros de conhecimento, numa inequívoca proatividade do Município para com as empresas. Por solicitação do Presidente da Câmara referiu indicadores de ocupação do AVEPARK, dando a conhecer que todos os lotes estão comprometidos, estando a ser negociada a disponibilização de duas parcelas de terreno que pertencem a privados, concluindo estar em curso o projeto de instalação da ACR Europa, do Instituto Cidade de Guimarães, o novo datacenter da Fundação para a Ciência e Tecnologia, duas empresas de cosmética e uma empresa tecnológica. Terminou, explicando que a empresa TMG está a desenvolver em Guimarães um investimento de cerca de 3 milhões num armazém robotizado, sendo que 70% do seu volume de negócios depende de Guimarães, mas não conta para Guimarães, o mesmo acontecendo com outras empresas, tais como a Polopique e a Intraplás. -----

3 – Presidente da Câmara - Disse que Guimarães tinha um legado industrial de muita valia e condições excecionais de contexto, enaltecendo o desempenho dos empresários. Referiu estar criado um ecossistema com condições favoráveis, numa articulação entre o sistema de ensino, os centros de transferência de conhecimento e a forte tradição industrial. Afirmou que as intenções de investimento no Concelho estão a ser analisadas pelos serviços relacionados com novas áreas comerciais e com novas residências para estudantes, num acompanhamento rigoroso de um edificado que se pretende com qualidade. Sobre o acesso ao AVEPARK, disse que nenhum Governo tinha resolvido este problema, que só agora foi desbloqueado, adiantando que só após 2021 é que a via ficará concluída. ---

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Da seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“Requalificação e ampliação da escola de Fafião – Briteiros Santo Estevão - No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de 750.000€ destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.1.2.75. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Tecnocampo – Sociedade de Construções e Obras Públicas, SA” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 04/04/2019, pelo preço de €601.425,44 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2019 – €427.170,66 + IVA = €452.800,90; Ano de 2020 – €174.254,78 + IVA = €184.710,07”**. -----

2. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 16 de abril de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 100 m², necessária à execução da obra designada por "Rotunda para a via de Acesso ao AVEPARK", pelo valor de €7.703,02. -----

-----DELIBERAÇÕES-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **O Vereador Bruno Fernandes não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião.** -----

FREGUESIAS - REFORÇO DA VERBA ORÇAMENTAL PREVISTA PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA – Presente a seguinte proposta: “As juntas de freguesia são autarquias locais. Na tradição europeia, as juntas de freguesia constituem-se como meras delegações das câmaras municipais, não sendo como tal os seus executivos eleitos, mas nomeados. Em Portugal, é antiga a



1.

tradição de eleger os representantes de freguesia, circunstância que, do ponto de vista político-institucional, deve mudar completamente a forma como olhamos para estas autarquias, com uma legitimidade política e representativa significativamente reforçada pela circunstância de serem eleitas pelo povo da respetiva freguesia. As juntas de freguesia do concelho de Guimarães têm disponível um conjunto de verbas que lhes são transferidas anualmente: **1.** Através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) proveniente do Orçamento de Estado; **2.** Através de transferências diretas do Município de Guimarães. Estas distribuições são efetuadas de modo equitativo, usando para o efeito um rácio objetivo que cruza os índices de população vs. território. Em Plano e Orçamento e já de há vários anos a esta parte sem que sofra qualquer alteração, a Câmara de Guimarães atribui às suas freguesias um montante equivalente àquele que atribui o Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF), isto é, a Câmara de Guimarães atribui às suas juntas de freguesias uma dotação financeira anual que é igual àquela que o Governo atribui. Consideramos politicamente relevante, e ajustado, que o Estado local (Câmara Municipal) contribua com um montante que seja superior àquele com que contribui o Estado central para as freguesias do seu concelho. Concretamente: **a)** O FFF do concelho de Guimarães ascende a €2.600.00,00; **b)** O Plano e Orçamento para o ano 2019, apresentado e aprovado pelo executivo socialista, prevê para as freguesias do concelho de Guimarães uma transferência do Município da ordem dos €2.800.000,00. As verbas de que dispõem as juntas de freguesia do concelho de Guimarães para sua gestão própria, enquanto autarquia local, são insuficientes para uma intervenção política independente e mais eficaz em prol das populações que representam. Esta apreciação faz-se designadamente numa perspetiva relativa, isto é, se fizermos o comparativo com aquilo que praticam os demais municípios que, com Guimarães,

compõem o Quadrilátero Urbano e municípios vizinhos do concelho de Guimarães: - Braga atribui às suas freguesias, por transferência direta do Município, um valor que representa 286% daquilo que cada freguesia recebe do FFF (correspondente a 5,2% do orçamento anual); - Barcelos atribui às suas freguesias, por transferência direta do Município, um valor que representa 200% daquilo que cada freguesia recebe do FFF (correspondente a 7,5% do orçamento anual); - Fafe atribui às suas freguesias, por transferência direta do Município, um valor que representa 170% daquilo que cada freguesia recebe do FFF (correspondente a 5% do orçamento anual) - Famalicão atribui às suas freguesias, por transferência direta do Município, um valor que representa 150% daquilo que cada freguesia recebe do FFF (correspondente a 3% do orçamento anual); Guimarães atribui às suas freguesias, por transferência direta do Município, um valor que representa 108% daquilo que cada freguesia recebe do FFF. Ou seja, transfere idêntico montante ao que provém da Administração Central. Guimarães assume uma transferência direta de 2,65% do orçamento anual para as suas freguesias. A menor de todos os exemplos indicados. Submete-se à consideração do executivo municipal a aprovação de uma deliberação para que: **1)** A verba destinada anualmente pelo Município de Guimarães para transferência para as suas juntas de freguesia, seja por concessão de apoios municipais às freguesias ou por delegação de competências (contratos interadministrativos), corresponda a 200%, isto é, ao dobro, do valor que anualmente lhes seja atribuído pelo Fundo de Financiamento das Freguesias. **2)** O atingimento do valor acima referido deve ser alcançado progressivamente, ao longo do presente mandato, por forma a que atinja o valor percentual referido em 1) apenas no primeiro exercício do próximo mandato, correspondente ao ano de 2022. Esta proposta representa cerca de 5% (4,93%) do orçamento anual da Câmara



L.

Municipal". **DELIBERADO REPROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram a favor os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

URBANISMO - MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - Presente a seguinte informação: "O pedido de reconhecimento de interesse público apresentado pelo Moreirense futebol clube para a construção da denominada "vila desportiva – Moreirense futebol clube", a concretizar em terreno sito na vila de moreira de cónegos, marginalmente às ruas padre Duarte e da Devesa.



Na sequência da informação técnica da divisão de planeamento urbanístico, datada de 29 março '19, que mereceu despacho favorável do vereador responsável em 04 abril '19, e do despacho favorável do vereador responsável pela área do desporto, julga-se reafirmar o teor da mencionada informação técnica da divisão de planeamento urbanístico. Assim: O pedido agora formulado visa potenciar o enquadramento da operação edificatória no plano diretor municipal em vigor na medida da classificação do terreno (área de intervenção) como espaço florestal de produção (maioritariamente), espaço florestal de proteção (parcialmente), espaço de

uso múltiplo agrícola e florestal (parcialmente) e reserva ecológica nacional (REN) (área reduzida junto ao quadrante norte da área de intervenção) e um dos pressupostos para a viabilidade da edificação de um equipamento desportivo desta natureza é o reconhecimento de interesse público por parte da câmara municipal (no cruzamento dos regimes de edificabilidade de cada categoria de solo com o disposto no número 2, artigo 45 do regulamento do plano diretor municipal). A proposta apresentada caracteriza-se, genericamente, pela construção de quatro campos de futebol, um edifício central complementar (de “serviços” afetos à “vila desportiva”) e estacionamento automóvel de apoio, configurando-se esta mesma “vila desportiva” como um equipamento desportivo de apoio à formação e competição de futebol do clube, correntemente designados como academia/centro de treinos/centro de formação. -----



Da análise do proposto, julga-se pertinente ponderar diferentes componentes motivadoras para a intervenção (e seu reflexo no território), nomeadamente localização, área, acessibilidade e relação da instituição em causa com a vila e município (e impacto da sua atividade nos mesmos). Assim: **1.** O Moreirense futebol clube é uma instituição desportiva que revela, ao longo da sua história, uma identidade muito forte com a vila onde se encontra sediado, afirmando-se um elemento referenciador da vila, projetando o seu nome para lá dos seus limites físicos e administrativos; **2.** O mesmo clube possui já instalações desportivas (onde desenvolve a sua atividade), as quais vêm sofrendo intervenções, melhorias e ampliações,



desenhando uma “microcentralidade” que o tempo vem consolidando no território; 3. Inerente ao volume de “utentes” da instituição e dos requisitos e exigências técnicas e legais que o clube observa, a construção deste tipo de equipamento desportivo (ou seja, de apoio à atividade diária desportiva e complementar ao seu “estádio”) surge como necessária e, à luz do tempo atual, quase inevitável; 4. Para uma resposta capaz às exigências programáticas e regulamentares, este tipo de equipamento projeta a necessidade de uma área de terreno disponível muito elevada, implicando, quase sempre (então em territórios de orografia singular e variada) movimentos de terra e alteração da paisagem. De igual modo, pressupõe sempre acessibilidade capaz e infraestruturada; 5. Por outro lado, razões de localização do equipamento na vila de Moreira de Cónegos e proximidade às atuais instalações desportivas, ambas em nome da identidade e afetividade existentes entre as pessoas e o clube, da racionalização e rentabilização de recursos e meios técnicos e humanos afiguram-se naturais e presentes em processos similares. A conjugação do atrás descrito conduz a uma localização lógica e natural relativamente à área de intervenção identificada já que, nesta, se encontra a disponibilidade de área / proximidade, localização e acessibilidade coerentes com a natureza do equipamento desportivo em causa. Analisada a pretensão, e julgando-se que a relevância e impacto desportivo, social, de projeção e, de certa forma, económico do clube no município é favorável e encontra-se demonstrado na “memória descritiva” do requerimento apresentado (visibilizando-se, desde logo, o reconhecimento da instituição como “de utilidade pública” que a instância governamental portuguesa reconheceu), entende-se que a proposta edificatória apresentada (e no princípio atrás mencionado que intervenções desta natureza implica forçosamente uma alteração e transformação da paisagem) observa princípio de intervenção que se julga possível e viável: a

estabilização da proposta numa plataforma “de nível” e procurando o ajustamento de tal aos limites do terreno através de muros, estacionamento e áreas verdes integradoras da solução (e não como “sobrantes ou inevitáveis”). Assim, e no cruzamento da relevância da instituição, dimensão, natureza e impacto da sua atividade e características da intervenção, entende-se que, do ponto de vista urbanístico, a pretensão reúne condições para ser encarada favoravelmente. Sem prejuízo de tal, identificam-se três aspetos que o desenvolvimento da proposta (e sua concretização em licenciamento) deverá responder. A saber: **1.** A necessidade de reperfilamento da rua padre Duarte, nomeadamente ao nível da sua circulação pedonal, com a introdução de espaço dedicado à pedonalidade e aumento do conforto e segurança da circulação de pessoas; **2.** A necessidade da salvaguarda de um plano / estudo de enquadramento paisagístico que favoreça a integração da intervenção na paisagem e densifique as preocupações de melhor desenho e relação da pretensão com a envolvente e área de intervenção; **3.** A utilização de materiais que favoreçam a permeabilização de solo, nomeadamente nas áreas dos percursos e estacionamento automóvel, bem como a clarificação das áreas a afetar ao domínio público e de dominialidade privada (nomeadamente na área diretamente confrontante com a rua padre Duarte). Refere-se ainda que: **1.** A proposta apresentada implica a ocupação da parte do terreno classificado como REN. Embora reduzida a área, a ocupação verificada implica o desenvolvimento de um processo próprio de autorização junto da entidade tutelar da REN pelo que deverá entender-se o reconhecimento de interesse público como aplicável também a esta situação; **2.** No âmbito do processo de licenciamento, a proposta apresentada deverá ser sujeita a análise técnica (do ponto de vista viário) pela unidade orgânica competente – divisão de mobilidade e transportes (DMT).” **DELIBERADO, POR**



1.

UNANIMIDADE, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --

URBANISMO - OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO CENTRO DA CIDADE: RUA D. JOÃO I À ZONA DE COUROS DE MODO A INCLUIR AS ZONAS DAS HORTAS E CRUZ DE PEDRA – Presente a seguinte informação – “A operação de reabilitação urbana (ORU) da área de reabilitação urbana (ARU) do centro da cidade: rua D. João I à zona de couros de modo a incluir as zonas das hortas e cruz de pedra, publicada em Diário da República, 2ª série, nº 210, 31 outubro '18. Face à informação técnica emitida em 12 abril '19 e despachos superiores recaídos sobre a mesma em 15 e 16 abril '19, em função do disposto no artigo 17 do regime jurídico de reabilitação urbana (lei 32/12), no presente:

1. Deverá a proposta da ORU ser submetida a aprovação da Câmara Municipal (em reunião do seu órgão executivo); **2.** Caso favorável, posteriormente, a mesma proposta deverá ser remetida ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) para parecer não vinculativo; **3.** Em simultâneo, a proposta em causa deverá ser submetida a discussão pública (nos termos do número 4 do mesmo artigo). Posteriormente, em função do parecer e participações verificados, registar-se-á ou a reformulação da proposta (considerada pertinente) ou a submissão a aprovação final por parte da assembleia municipal.” A proposta da ORU dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – LABORATÓRIO DA PAISAGEM DE GUIMARÃES - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NO CONSELHO DIRETIVO – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da saída de Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino de Adjunto do Gabinete de Apoio à Vereação, é necessário que a Câmara

Municipal proceda a nova designação do representante do Município no Conselho Diretivo da ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – LABORATÓRIO DA PAISAGEM DE GUIMARÃES. Para este efeito, proponho que a Câmara Municipal designe Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, com 6 votos a favor e cinco votos em branco.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CENTRO PARA A VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NO CONSELHO DE ADIMINISTRAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da saída de Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino de Adjunto do Gabinete de Apoio à Vereação, é necessário que a Câmara Municipal proceda a nova designação do representante do Município de Guimarães para integrar o Conselho de Administração do CENTRO PARA A VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS. Para este efeito, proponho que seja designada Dalila da Graça Sepúlveda Mesquita de Freitas, Chefe da Divisão de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, com 6 votos a favor e cinco votos em branco.** -----

EDUCAÇÃO - DÍVIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PH E CAF – Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização das dívidas relativas à prestação de serviços de fornecimento de refeições, prolongamento de horário e ou componente de apoio à família, os Agrupamentos de Escolas de Pavidém, Arqueólogo Mário Cardoso, Santos Simões e D. Afonso Henriques vêm solicitar à Autarquia apoio na resolução de algumas situações de incumprimento no pagamento daqueles serviços. De acordo com a informação remetida, verificou-se que se tratam de



crianças provenientes de agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica ou integradas em instituições de acolhimento, tendo os respetivos agrupamentos procedido já á aplicação das medidas de ação social escolar, previstas no Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, e posteriores alterações, e ainda de crianças que regressaram ao país de origem ou cujo paradeiro é desconhecido. Perante o exposto, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em observância do disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados*, a anulação das dívidas respeitantes a 8 alunos, conforme quadro resumo, em anexo, dos valores propostos para perdão de dívida, bem como dos montantes reavidos em resultado da regularização, parcial ou integral, de dívidas. O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - 4ª GERAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PROJETOS INFRA CONCELHIOS, ENTIDADES COORDENADORAS LOCAIS DE PARCERIA E COORDENADORES TÉCNICOS –

Presente a seguinte proposta: “A Portaria nº 229/2018 de 14 de agosto criou e aprovou o Regulamento da 4ª Geração do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4G), que se iniciou em 2007, com a 1ª geração do programa. O programa tem mantido, ao longo das suas gerações, uma matriz comum de objetivos, centrada na promoção da inclusão social de grupos populacionais com maiores níveis de fragilidade social, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e de recursos disponíveis nos territórios abrangidos. A Portaria supramencionada introduz alguns aspetos diferenciadores, como sendo, a reintrodução das Câmaras Municipais como entidades promotoras, a seleção dos territórios de intervenção centrada em indicadores de

fragilidade social, a criação de diferentes níveis de financiamento a atribuir aos projetos em função do total da população residente, da densidade da fragilidade social revelada e do grau de interioridade, e ainda a possibilidade de, nos concelhos de maior dimensão populacional, serem desenvolvidos mais do que um projeto. O CLDS 4G salvaguarda que os territórios especialmente afetados pelo desemprego, pobreza e calamidades, independentemente da sua capacidade técnica e de mobilização para apresentação de projetos, acedam à sua execução, através da formulação de convite por parte da Entidade Gestora do Programa, em detrimento da lógica de concurso. Neste enquadramento, o município de Guimarães através do Despacho nº 176-C/2019 de 4 de janeiro de 2019, foi considerado um território afetado pelo desemprego sendo, em consequência, convidado a manifestar o seu interesse em desenvolver no concelho projetos de dimensão infra concelhia, no âmbito do Eixo 1, Emprego, Formação e Qualificação, ao que acedeu. Foi igualmente convidado a selecionar as Entidades Coordenadoras Locais de Parceria (ECLP) que têm como funções dinamizar, coordenar e executar os planos de ação, correspondentes ao financiamento total atribuído de €960.000,00, competindo também a estas entidades a seleção dos respetivos coordenadores técnicos. Considerando a amplitude do concelho e o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego, foi sugerida a realização de dois projetos infra concelhios a abranger, respetivamente, 2.326 e 2.190 desempregados e as seguintes freguesias e uniões de freguesia: **Projeto 1** - Aldão, Candoso S. Martinho, Costa, Gonça, Gondar, Guardizela, Infantas, Lordelo, Mesão Frio, Moreira de Cónegos, Nespereira, Pinheiro, Polvoreira, Selho S. Cristóvão, Selho S. Jorge, Serzedelo, S. Torcato, Urgezes, União de freguesias de Abação e Gémeos, União de freguesias de Arosa e Castelões, União de freguesias de Atães e Rendufe, União de freguesias de Oliveira,



L.

fu

São Paio e São Sebastião, União de freguesias de Selho São Lourenço e Gominhões, União de freguesias de Serzedo e Calvos e União de freguesias de Tabuadelo e S. Faustino. **Projeto 2** - Azurém, Barco, Brito, Caldelas, Creixomil, Fermentões, Longos, Pencelo, Ponte, Prazins Santa Eufémia, Ronfe, Sande S. Martinho, Silves, União de freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, União de freguesias de Briteiros Santo Estevão e Donim, União de freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo, União de freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite, União de freguesias de Sande São Lourenço e Balazar, União de freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente, União de freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar. Considerando que as Entidades Coordenadoras Locais de Parceria devem demonstrar capacidade de coordenação técnica, administrativa e financeira, sugere-se que estes dois projetos tenham como ECLPs, respetivamente, a Sol do Ave e a Fraterna. A Sol do Ave pela experiência e conhecimento na área da qualificação, da formação e no desenvolvimento de projetos, designadamente, nas anteriores gerações dos Programa CLDS, tendo no anterior CLDS 3G assumido a função de entidade coordenadora local de parceria e entidade local executora do Eixo 1: Emprego, Formação e Qualificação. A Fraterna porque apresenta, de igual forma, experiência no anterior CLDS 3G desenvolvido no município, tendo sido entidade local executora de ação, detendo igualmente uma longa experiência no desenvolvimento de projetos de cariz similar, designadamente no Programa "Escolhas". Refira-se, neste ponto, que a seleção destas entidades para o papel de ECLPs no CLDS 4G mereceu parecer favorável, por unanimidade, pelo Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e em sede de CLAS (conforme ata em anexo). Considerando que os coordenadores técnicos devem ter formação superior e experiência profissional relevante que permita, entre outras

competências, coordenar as diferentes ações do CLDS 4G, assegurar as relações interinstitucionais e gerir os processos administrativos e financeiros de acompanhamento e monitorização, sugere-se para a coordenação do CLDS 4G da Sol do Ave a técnica Maria José Fernandes Miranda Afonso e para a coordenação do CLDS 4 G da Fraterna a técnica Ana Rita Miranda, conforme fundamentação que se segue: A técnica Maria José Fernandes Miranda Afonso possui um perfil assente em três pilares que lhe conferem competências e mais-valias à coordenação do projeto CLDS 4G, a saber: 17 anos de experiência de coordenação de projetos de impacto social de nível concelhio e supraconcelhio, com ações dirigida a públicos socialmente vulneráveis, inclusive de projetos das anteriores gerações do Programa CLDS; 19 anos de experiência de terreno, com contacto com a realidade social e destinatários da ação, que lhe permitem um conhecimento privilegiado do território, dos seus atores, dos seus problemas e das suas potencialidades; Formação académica e profissional relevante para o projeto, com destaque para as pós-graduações em Prospetiva e Planeamento do Desenvolvimento Regional e Local e em Gestão da Diversidade e Comunidades de Prática, às quais acrescem outras formações nas temáticas da inclusão social e do trabalho em rede. Da sua experiência profissional, ressalta-se ainda a realização de estudos e elaboração de publicações de análise e desenvolvimento de projetos de impacto social, dos quais salientamos, pela ligação ao tema do projeto, o estudo de Oportunidades de Investimento em Território Rural do Ave, a publicação “Entre Terras e Gentes – Percursos de um Projeto Social em Rede”, e a publicação “A Química Colaborativa na Promoção do Empreendedorismo – O Caso do Projeto Social Angels”. Este conjunto de dimensões traduz-se na capacidade de trabalho em parceria, na articulação sinérgica da ação de diferentes atores, na mobilização de recursos, na



11

versatilidade e adaptação a diferentes contextos e desafios, na reflexividade e no interesse pela inovação social. A técnica Ana Rita Miranda, licenciada em Psicologia Social e do Trabalho, possui experiência de 15 anos de coordenação, construção e desenvolvimento de projetos que visam promover a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social, projetos de promoção da igualdade e da não discriminação e de reforço da coesão social. Tem desenvolvido, ao longo destes anos, um conjunto de tarefas que têm patentes competências que são consideradas essenciais para a coordenação do Projeto CLDS 4G, nomeadamente: Estudar, planear e executar estratégias de intervenção social dirigidas à população socialmente desfavorecida; Monitorizar e avaliar a execução de planos de atividades; Construir ferramentas que promovam o desenvolvimento de competências transversais apoiadas pela educação não formal; Promover a comunicação e a motivação de equipas para novos desafios; Mobilizar e envolver parceiros na execução dos planos de atividade e; Analisar e intervir com diferentes tipos de população, designadamente, crianças, jovens, idosos, grupos socialmente excluídos, pessoas com deficiência e minorias étnicas. Da sua experiência profissional, ressalta-se ainda a experiência de coordenação do projeto CLDS Arca Social, desenvolvido entre 2011 e 2014, e a responsabilidade técnica pelo desenvolvimento do Eixo 3, Capacitação da Comunidade e das Instituições do Projeto Guimarães Inclusivo, enquadrado no Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3G. Na sequência do exposto, submeto para aprovação: **1** – A realização de dois projetos infra concelhios no âmbito do CLDS 4G, que abrangerão as freguesias supra referenciadas nos Projetos 1 e 2; **2** – A designação do Sol do Ave e da Fraterna, como Entidades Coordenadoras Locais das Parcerias dos Projetos 1 e 2, considerando que cumprem os requisitos definidos no Artigo 10º do Regulamento do

Programa (em anexo); 3 – A designação de Maria José Afonso e de Ana Rita Miranda como coordenadoras técnicas dos Projetos 1 e 2, respetivamente, na medida em que os seus currículos preenchem os requisitos solicitados pelo programa CLDS 4G ao nível das qualificações, competências e experiência profissional.” O referido Regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE UM ELETRODOMÉSTICO (ALÍNEA A) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE) – Presente a seguinte proposta: “Foi rececionada na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na aquisição de um frigorífico. Após análise da mesma e subsequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rend. p/ capita	Subsídio a atribuir
111451671/18	Gondar	€276,95	€199,00

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste subsídio à requerente, num valor total de €199,00 (cento e noventa e nove euros).”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – HOSPITAL SENHORA DA OLIVEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO- Presente a seguinte proposta: “O Hospital Senhora da Oliveira solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro para efetuar o transporte de uma comitiva no dia 16 de maio, à



Penha. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do XXX Encontro Nacional de Psiquiatria da Infância e Adolescência e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 12 de abril de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL S. DÂMASO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "O Centro Social Paroquial de S. Dâmaso solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças no dia 24 de maio, ao Porto. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e considerando não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro, por meu despacho datado de 12 de abril de 2019 deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Nespereira solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos, no dia 6 de maio, ao Laboratório da Paisagem - Creixomil. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e considerando não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro

em causa, por meu despacho datado de 17 de abril de 2019 deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - GRUPO FOLCLÓRICO CONDE S. MARTINHO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Folclórico da Associação Cultural e Recreativa de Conde S. Martinho solicitou a colaboração do Município através da cedência do autocarro para efetuar o transporte de um grupo nos dias 11, 12, 13, 14 e 15 de abril, entre o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e Guimarães. Considerando que se trata de deslocações que visam a receção de um Grupo Folclórico da Madeira, que inclui visitas pelos locais de maior interesse turístico e cultural do nosso concelho e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 12 de abril de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - SOCIEDADE COLUMBÓFILA DO DISTRITO DE BRAGA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Sociedade Columbófila do Distrito de Braga é uma associação distrital que integra vários clubes que promovem a columbofilia, tendo um grande passado desportivo na nossa Cidade. Os pombos-correio são utilizados há várias centenas de anos, e atualmente a sua habilidade é chegar às suas localidades de origem, no mais curto espaço de tempo, realizando as ligações aéreas dos percursos com muitos obstáculos de uma forma exemplar, fazendo desde desporto um dos mais competitivos e interessantes da atualidade. Neste sentido, esta Associação pretende



L.

fu

realizar na nossa Cidade um evento idêntico ao que têm organizado em outras cidades do Distrito e com inegável sucesso, de forma a captar novos elementos para esta atividade e demonstrar a utilidade do pombo-correio para este fim. Esta Associação realizará uma campanha que envolverá todos os Municípios aderentes de forma a dar visibilidade a esta atividade, que terá o nome de Troféu Cidade de Guimarães – Soses (Lérida), promovendo a columbofilia de forma a cativar novos adeptos para esta causa desportiva. A prova está prevista para Guimarães e terá a ligação de Soses – Lerida, numa distância de 730 km no próximo dia 1 de junho. Considerando o interesse de que se reveste esta atividade desportiva e com a tradição que tem, bem como a sua importância para a promoção do desporto, proponho a atribuição à Associação Columbófila do Distrito de Braga de um subsídio de €900,00, destinado a compartilhar nos custos de organização do referido evento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - APOIO À ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO - FASES FINAIS DOS CAMPEONATOS NACIONAIS UNIVERSITÁRIOS – GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A Associação Académica da Universidade do Minho irá organizar de 28 de abril a 10 de maio as Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários Guimarães 2019, que decorrerão somente em Guimarães. Esta é uma atividade que envolverá cerca de 3000 estudante-atletas, de várias Academias do País, tendo este evento desportivo nascido da vontade conjunta entre a Associação Académica da Universidade do Minho, a Universidade do Minho e o Município de Guimarães, em promover as Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários, marcadas não apenas pelas excelentes condições de prática desportiva existentes no concelho, como também, pela qualidade organizativa resultante da cooperação institucional revertida nesta parceria Academia - Estudantes - Cidade. É a primeira vez que apresentamos uma

candidatura a esta organização apenas no Município de Guimarães, em nove edições organizadas pela AAUMinho, e a par desta novidade, este evento desportivo terá um orçamento a rondar os 60.000,00 euros. Acresce, ainda que estas serão as primeiras Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários onde o conceito de Sustentabilidade se aplicará em todas as suas dimensões, em linha com a estratégia do Município. A promoção da sustentabilidade é uma das prioridades do CNU Guimarães 2019, procurando-se potenciar ao máximo a sustentabilidade económica, a proteção ambiental e o desenvolvimento social. Os veículos utilizados serão preferencialmente elétricos ou/e híbridos, a redução dos consumos de energia e de água, o incentivo à reciclagem, serão este conjunto de medidas ecológicas, a par de outras, que farão deste acontecimento desportivo um caso único do paradigma Nacional. Neste sentido, a AAUM solicita o indispensável apoio municipal para a concretização dos seus objetivos desportivos para este evento, pelo que se propõe a atribuição de um subsídio extraordinário no montante de €15.000,00, nos termos previstos do RMADG.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – CENTRO PAROQUIAL DE CANDOSO S. MARTINHO - APOIO FINANCEIRO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTO PROTEÇÃO NO PAVILHÃO DESPORTIVO DE CANDOSO S. MARTINHO –

Presente a seguinte proposta: “O Centro Paroquial de Candoso S. Martinho tem uma forte valência na área desportiva com a participação nos Campeonatos Nacionais de Futsal, tendo ainda uma clara aposta na formação de base dos mais novos, e nos últimos anos aumentou de forma exponencial o número de atletas. O Pavilhão do Centro Paroquial de Candoso S. Martinho foi construído com as boas vontades da sua população, pelo que demorou alguns anos a estar concluído. Esta instalação desportiva está dotada de todas as valências para a prática desportiva



1.

competitiva e nos últimos anos, foram realizadas várias intervenções técnicas, para dotá-lo das necessárias condições de segurança que estes tipos de equipamentos são obrigados a ter. A sua direção está atenta às situações que envolvam a segurança dos utentes, pelo que necessitam de um apoio financeiro para a instalação das medidas de autoproteção para o pavilhão constituídas pelo sistema de segurança contra incêndios – projeto, equipamento e formação, que terá um custo previsto de cerca de €6.000,00. Considerando o interesse de que se reveste a execução dos meios de segurança, proponho um apoio de €3.000,00 para este fim, de forma a concluir este processo e o pavilhão desportivo fique dotado de todos os meios de segurança exigidos pela lei.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE NESPEREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Nespereira solicitou a colaboração do Município através da cedência do autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal Feminino, no dia 13 de abril, a Melgaço. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa num jogo da Taça do Minho e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 9 de abril de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GTEAM - GUIMARÃES FOOTBALL CLUB - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GTEAM GUIMARÃES FC solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro para efetuar o transporte da equipa de Futsal nos dias 12 de maio

e 9 de junho, a Monção e Paredes de Coura. Considerando que se trata de duas deslocações que visam a participação da equipa na 2ª fase do Campeonato Interdistrital e na Taça do Minho de Futsal Feminino e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 15 de abril de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - GRUFC - GUIMARÃES RUGBY - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do Município através da cedência do autocarro para efetuar o transporte da equipa Sub 18, no dia 6 de abril, a Anadia. Considerando que se tratou de uma deslocação que visou a participação da equipa na Final do Campeonato Nacional Grupo B e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 9 de abril de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - GRUFC - GUIMARÃES RUGBY - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do Município através da cedência do autocarro para efetuar o transporte da equipa Sub 18 no dia 1 de maio, a Lisboa. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa na Taça de Portugal e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 22 de abril de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-



L.

mu

se a aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos oficiais da Conservatória de Guimarães no dia 4 de maio a Arcos de Valdevez. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação no XXVII Encontro Nacional de Oficiais do IRN e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 22 de abril de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

domingo Mascarenhas

João Paulo Teixeira

